

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

1ª Vice-Presidência

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos

Relatório de Gestão 2024–2026

Documento produzido com base na Recomendação nº 144, de 25 de agosto de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, sobre o uso da linguagem simples nas comunicações e atos editados pelos Tribunais de Justiça.

Diálogo · Inovação · Governança

Diálogo · Inovação · Governança

Relatório Final de Gestão

2024-2026

1ª Vice-Presidência · Tribunal de Justiça de Minas Gerais

BIÊNIO 2024-2026

ÍNDICE

Sumário

	Apresentação Relatório de Gestão · Biênio 2024–2026	1
	Prefácio Desembargador Marcos Lincoln	2
01	SEÇÃO 01 Produtividade e Desempenho Jurisdicional Números de decisões e despachos no juízo de admissibilidade e de conformidade de recursos especiais e extraordinários interpostos	3
02	SEÇÃO 2 Balanço Jurimétrico (CEINJUR) Evolução do Acervo e Fatores de Desempenho	5
03	SEÇÃO 03 Conciliação e Desjudicialização Estímulo à solução consensual de conflitos	9
04	SEÇÃO 4 Novos Critérios de Distribuição Processual Mais transparência e eficiência às normas regimentais afetas à distribuição, compensação semestral e critérios de prevenção	12
05	SEÇÃO 5 Modernização Tecnológica Expansão do eproc a todas as câmaras cíveis, o desenvolvimento de automações e o lançamento de ferramentas digitais	15

ÍNDICE

Sumário

06	SEÇÃO 6 Inteligência Artificial Incorporação de ferramentas de inteligência artificial ao fluxo de trabalho 22
07	SEÇÃO 07 Capacitação e Desenvolvimento Eventos, palestras e treinamentos 26
08	SEÇÃO 8 Gestão Estratégica e Planejamento Implementação do Desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE) nos 39 cartórios da Segunda Instância 34
09	SEÇÃO 09 Precedentes Qualificados NUGEPNAC consolidou-se como referência nacional na gestão de precedentes qualificados 21
10	SEÇÃO 10 Articulação Institucional e Visibilidade Nacional Relações com os principais tribunais e órgãos do Poder Judiciário 40
11	SEÇÃO 11 Saúde e Bem-estar Ciclo de ações voltadas à saúde mental e à qualidade de vida no ambiente laboral. 44
12	SEÇÃO 12 Reestruturação Administrativa Resolução nº 1.136/2026 alterou a estrutura organizacional da Superintendência Judiciária (SEJUD) 46

ÍNDICE

Sumário

13

SEÇÃO 13

Inspeção do Conselho Nacional de Justiça

"Unidade estruturada, produtiva e com forte capacidade de gestão " — Equipe de inspeção do CNJ

49

FICHA INSTITUCIONAL

Expediente

1º Vice-Presidente	Desembargador Marcos Lincoln dos Santos
Superintendente Adjunto Superintendência Judiciária	Desembargador Habib Felipe Jabour
Juiz Auxiliar 1ª Vice-Presidência	Armando Ghedini Neto
DIRETORAS	
Diretora Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad)	Elaine Batista Costa Souza
Diretora Executiva Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional (Diresup)	Elena Costa de Oliveira Vidigal
GERENTES	
Gerente Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac)	Daniel Geraldo Oliveira Santos
Gerente Gerência de Acompanhamento da Litigância em 2ª Instância, de Apoio à Gestão de Gabinetes e de Registro de Julgamentos (Geag)	Rafaella Rocha da Costa Assunção
Gerente Centro de Padronização da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância (Cepajur)	Patrícia Costa Mendes
Gerente Gerência de Processamento Inicial (Geproc)	Douglas Corgosinho
Gerente Centro de Suporte Técnico ao Processo Judicial Eletrônico e demais Sistemas Eletrônicos de 2ª Instância (Cesupe)	Gilberto Miranda Barbosa Júnior
Gerente Centro de Informações de Resultados da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância (Ceinjur)	Marcos Rodrigues Borges
Gerente Gerência de Acompanhamento e Suporte Processual (Geasp)	Vanessa Macedo de Pinho Tavares
Gerente Centro de Gestão e Planejamento da 1ª Vice-Presidência (Cegep)	Margarete Gandra
ASSESSORIA	
Assessora-chefe Assessoria da 1ª Vice-Presidência (1ª Asvip)	Roberta Inácio Maia
Assessora-chefe Gabinete da 1ª Vice-Presidência (1ª Gavip)	Camila Barbosa Santos de Noronha

Apresentação

Relatório de Gestão · Biênio 2024–2026

O Relatório Final de Gestão 2024–2026 da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais registra **as principais entregas e realizações ao longo do biênio sob a condução do Desembargador Marcos Lincoln dos Santos.**

A gestão foi **orientada por três compromissos fundamentais**: o diálogo permanente com magistrados, servidores e instituições parceiras; a inovação como vetor de modernização e eficiência da prestação jurisdicional; e a governança responsável, fundada em dados, transparência e resultados concretos.

O relatório está **organizado em treze seções temáticas** que percorrem, de forma ordenada, as principais dimensões da gestão: produtividade e desempenho jurisdicional, balanço jurimétrico, conciliação e desjudicialização, novos critérios de distribuição processual, modernização tecnológica, inteligência artificial, capacitação e desenvolvimento, gestão estratégica e planejamento, precedentes qualificados, articulação institucional, saúde e bem-estar, reestruturação administrativa e inspeção do Conselho Nacional de Justiça.

Para facilitar a leitura e tornar as informações acessíveis a todos os interessados, **este relatório foi elaborado com base nos princípios da linguagem simples.** Os textos priorizam clareza e objetividade, evitando o excesso de termos técnicos e jargões. Dados e indicadores são apresentados em tabelas, infográficos e destaques visuais que permitem uma leitura dinâmica e fluida, sem abrir mão do rigor e da completude do conteúdo.

Este relatório é, antes de tudo, um registro coletivo. Cada número aqui apresentado traduz o empenho diário de servidores, assessores, gestores e magistrados comprometidos com uma Justiça mais eficiente, mais justa e mais próxima da sociedade.

Boa leitura!



Des. Marcos Lincoln dos Santos — 1º Vice-Presidente
do TJMG

PALAVRA FINAL

Prefácio

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos · 1º Vice-
Presidente do TJMG

Com a satisfação de ter sido eleito pelos pares como 1º vice-presidente, apresento este balanço de dois anos de trabalho, de aprendizado e de entregas, que ficam registradas não apenas nestas páginas, mas na estrutura de um Judiciário que avançou em eficiência, em tecnologia e, sobretudo, em pessoas.

Uma gestão que se orgulha não apenas do que foi feito, mas da forma como cada passo foi realizado: com diálogo, com respeito e com o compromisso permanente de servir melhor à sociedade.

Gostaria de agradecer aos desembargadores e às desembargadoras, pela confiança depositada e pelo diálogo permanente. Aos gestores da Superintendência Judiciária, pela liderança comprometida com os objetivos institucionais. Aos servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, registro o reconhecimento mais sincero.

Que este relatório seja lido como um convite à continuidade, como a certeza de que o Judiciário mineiro tem capacidade, talento e vocação para seguir evoluindo, em benefício de quem mais precisa: a sociedade.

A todos e a todas, o meu muito obrigado.

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos

1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Biênio 2024-26

01

SEÇÃO

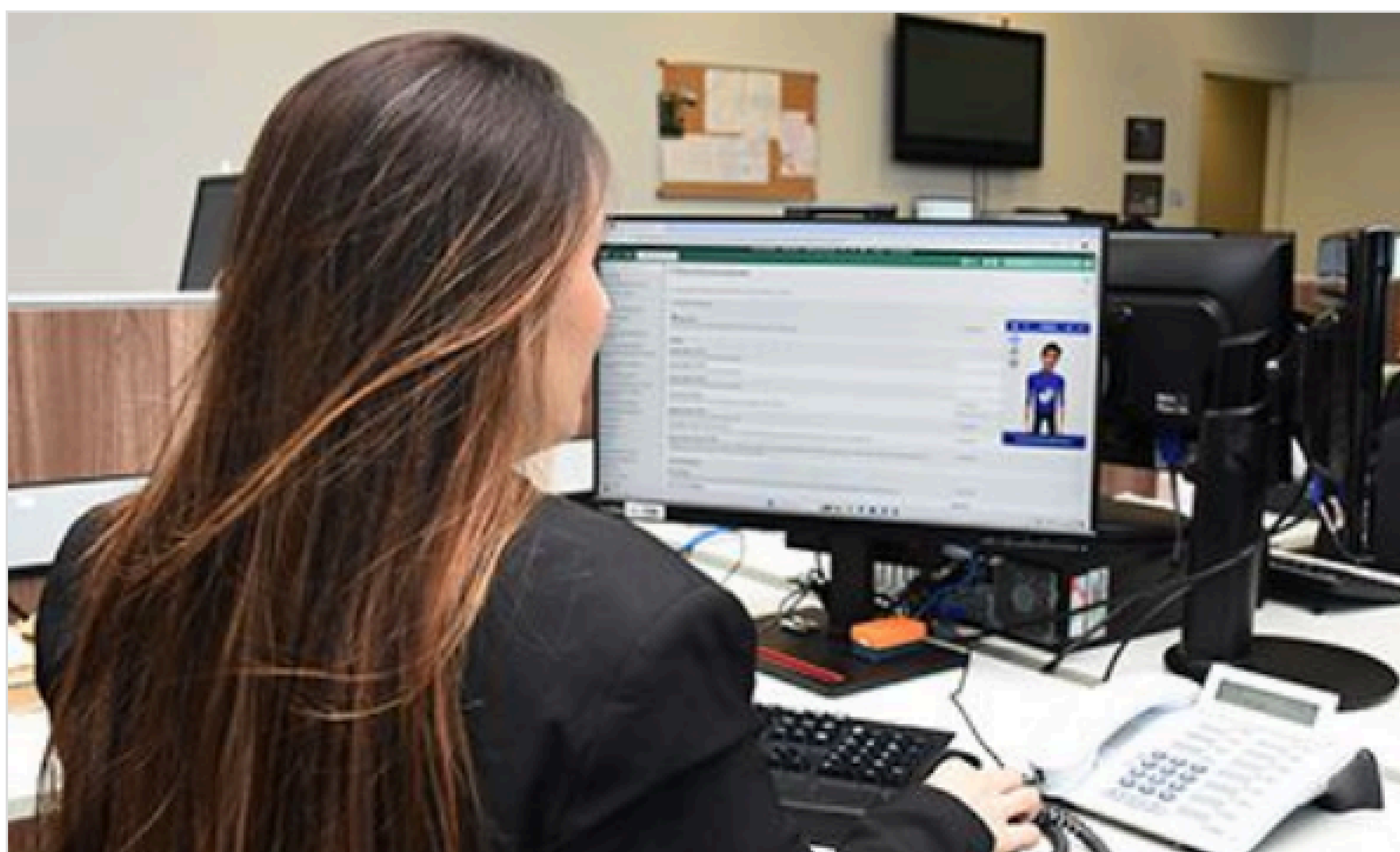
Produtividade e Desempenho Jurisdicional

No período de julho de 2024 a maio de 2026, foram submetidos à análise da Assessoria da 1ª Vice-Presidência 52.127 processos judiciais. Nesse contexto, foram proferidos 59.608 decisões e despachos no juízo de admissibilidade e de conformidade de recursos especiais e extraordinários interpostos aos acórdãos proferidos pelas 1ª à 8ª e 19ª Câmaras Cíveis, Núcleos de Justiça 4.0, bem como pelo Órgão Especial, além do exame dos respectivos agravos submetidos às sistemáticas da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

Categoria	Volume	Observação	
Processos analisados (jul/2024–maio/2026)	52.127	Juízo de admissibilidade	52.127 Processos analisados
Decisões e despachos	59.608	Juízo de admissibilidade	59.608 Decisões e despachos
Recursos — Tema 588 STJ (Ipsemg)	8.300	Contribuição para o custeio da saúde	
Recursos finalizados (GR 22 TJMG / Temas 1.153 STJ, 816 e 1.002 STF)	1.412	—	8.300 Recursos Tema 588 STJ
Recursos ao Órgão Especial	196	178 acórdãos + 18 monocráticas	3.059 Conflitos de Competências julgados

A expressiva quantidade de recursos do Tema 588 STJ (Ipsemg) — cerca de 8.300 — reflete o volume de demandas relacionadas ao regime previdenciário dos servidores estaduais. O encerramento de 1.412 recursos nos temas de repercussão geral e recursos repetitivos evidencia a efetividade do sistema de gestão de precedentes implantado no período. As decisões com Protocolo de Gênero foram inseridas no Banco de Sentenças e Decisões do TJMG.

Foram julgados durante o biênio 3.059 conflitos de competência, assegurando maior segurança jurídica, celeridade e racionalidade na tramitação dos processos.



1ª Vice-Presidência do TJMG tem mais decisões proferidas do que processos recebidos | Portal TJMG

Balanço aponta consonância com a Meta 1 do CNJ pela 1ª Vice

△ tjmg.jus.br



1ª vice submete 154 conflitos de competência ao Órgão Especial do TJMG | Portal TJMG

Objetivo foi consolidar as regras de modulação de efeitos da desespecialização

△ tjmg.jus.br

02

SEÇÃO

Balanço Jurimétrico (CEINJUR)

Dados apurados em 22 meses (jul/2024–abr/2026)

1.030

Distribuídos/dia (média)

1.050

Julgados/dia (média)

1.000

Baixados/dia (média)

196 mil

Acervo médio

VOLUME PROCESSUAL ANUAL — DISTRIBUÍDOS · JULGADOS · BAIXADOS



Indicador	2024	2025	jan-abr/2026	Total
Distribuídos	337.096	377.724	126.721	841.541
Julgados	337.948	371.565	153.267	862.780
Baixados	335.108	362.789	118.709	816.606

Inteligência de Dados e Eficiência: O Impacto dos Núcleos 4.0 na Segunda Instância

O Centro de Informações de Resultados da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância (CEINJUR) consolidou-se como o motor estratégico da eficiência processual no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Por meio de levantamentos estatísticos e jurimétricos sistemáticos, o Centro analisa minuciosamente o desempenho dos órgãos julgadores com um objetivo claro: diagnosticar gargalos e identificar de forma precisa a necessidade de implantação de cooperação judiciária, viabilizada por meio dos inovadores Núcleos de Justiça 4.0.

A atuação da unidade, contudo, vai muito além do diagnóstico inicial. Após a instalação de um Núcleo 4.0, o CEINJUR assume a responsabilidade de monitorar continuamente os indicadores de produtividade. Essa vigilância rigorosa serve para mensurar a eficiência real da cooperação e, mais do que isso, fornece os subsídios técnicos necessários para apontar o momento exato em que a força-tarefa cumpriu seu papel e pode ser encerrada.

Fluxo de Comunicação de Resultados

Para garantir a máxima transparência e o alinhamento com as instâncias de controle, o fluxo de comunicação dos resultados obedece a diretrizes bem definidas.



Balanço Jurimétrico



1ª Vice-Presidência promove curso sobre painéis táticos | Portal TJMG

Servidores foram capacitados para extrair e interpretar dados para análises de resultados do Tribunal

△ tjmg.jus.br



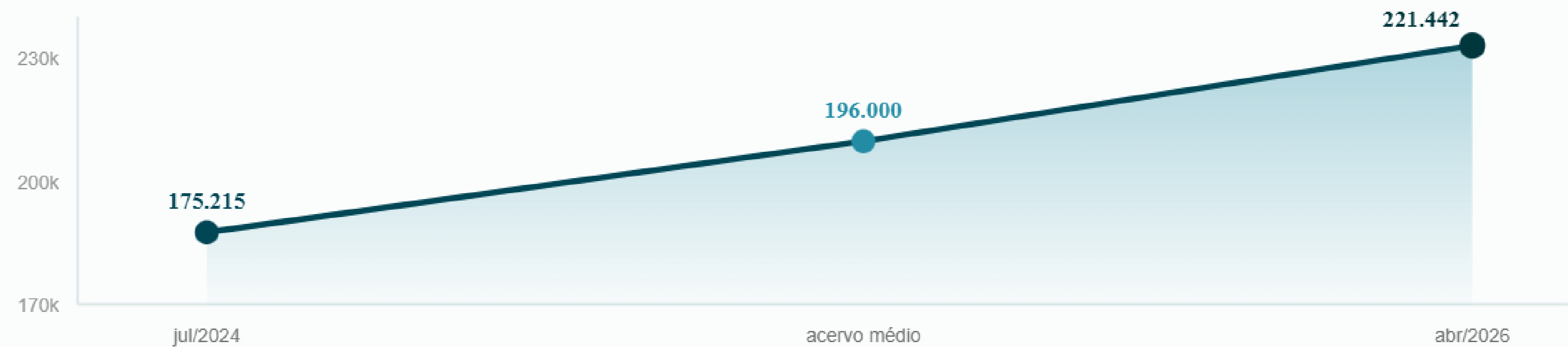
1ª Vice-Presidência apresenta ferramenta voltada à tramitação de processos na 2ª Instância | Portal TJMG

Projeto usa tecnologia "push" para compilar e distribuir informações

△ tjmg.jus.br

Evolução do Acervo e Fatores de Desempenho

EVOLUÇÃO DO ACERVO ATIVO



Crescimento de **+46.227** processos no acervo ativo entre jul/2024 e abr/2026

O acervo ativo cresceu de **175.215** para **221.442** processos. Volume total distribuído por matéria: **662.481**. Volume total julgado: **640.158** (Cível Privado, Cível Público, Criminal e Núcleos).

Fatores que influenciaram os resultados

FATORES POSITIVOS

Engajamento das equipes

Painéis táticos de BI

Acompanhamento diário

Metas CNJ e TJMG

FATORES DESAFIADORES

Aumento da demanda

Afastamentos Constantes

Déficit de pessoal

188

Boas práticas disseminadas — em dois anos, apresentações e palestras difundiram boas práticas entre gabinetes e cartórios: aumento do número de processos pautados (mantido inferior ao de distribuídos), formação de equipes multidisciplinares e estudo das formas de julgamento. Repassadas a aproximadamente **188 servidores**.

Bastidores da Produtividade: Gestão de Assessores e Reconhecimento Funcional

Mapeamento rigoroso do CEINJUR assegura suporte aos vocalatos e garante direitos funcionais a equipes de apoio.

Por trás da celeridade dos julgamentos nos Núcleos de Justiça 4.0, há uma complexa engenharia de gestão de pessoas capitaneada pelo CEINJUR. O Centro realiza o cômputo detalhado de todos os processos efetivamente atuados pelos assessores que prestam apoio direto aos magistrados nas funções de revisão e vocalato dentro das estruturas do projeto 4.0.

Além de mensurar o volume de trabalho, a unidade centraliza todo o gerenciamento do fluxo de novos assessores indicados para as frentes de cooperação. Refletindo o compromisso institucional com a transparência e a valorização do corpo técnico, o CEINJUR consolida essas informações e encaminha, rigorosamente no início de cada mês, a listagem nominal e os quantitativos de produção para a Gerência de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Carreiras (DEHARUR).

03 SEÇÃO Conciliação e Desjudicialização

FLUXO DA DESJUDICIALIZAÇÃO

Recursos sobre medicamentos do
SUS
Temas 6, 793 e 1.234 STF

Cooperação técnica AGE/MG

abr/2025

2.201
desistências
homologadas

No biênio 2024–2026, a 1ª Vice-Presidência instituiu, como diretriz de gestão, o estímulo à solução consensual de conflitos. A iniciativa foi aplicada em processos submetidos ao juízo de admissibilidade e conformidade de recursos dirigidos aos tribunais superiores, com especial atuação no Tema 698 do STF.

A cooperação firmada com a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG) resultou na homologação de 2.201 desistências de recursos relacionados ao fornecimento de medicamentos, contribuindo para a redução do acervo, a agilidade processual e a desjudicialização de conflitos de elevado impacto social.



Reunião de cooperação técnica — 1ª Vice-Presidência e Advocacia-Geral do Estado de MG

Tema 698 STF — AVCB

Foram realizadas audiências específicas para viabilizar acordos entre entes públicos e órgãos de controle, inclusive em litígios envolvendo a regularização de edificações escolares estaduais quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico (AVCB).

Em caso paradigmático, a autocomposição celebrou obrigações administrativas e previu a desistência de recursos em processos correlatos, após adequação das cláusulas em audiência, sendo posteriormente homologada com observância dos requisitos do Tema 698 do STF. A medida permitiu conferir solução uniforme a diversas ações e encerrar controvérsias relevantes ainda em fase recursal.



1ª Vice firma parceria inédita com o Estado para desjudicialização de processos sobre medicamentos | Portal TJMG

Composição foi acertada entre desembargador Marcos Lincoln e Sérgio Pessoa (AGE)

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência homologa acordo entre Copasa e condomínio | Portal TJMG

Audiência de conciliação foi realizada nesta quinta-feira (5/12)

△ tjmg.jus.br

03 SEÇÃO Conciliação e Desjudicialização



1ª Vice homologa acordo para garantir mais segurança em escolas estaduais | Portal TJMG

Composição foi firmada entre o MP e o Estado de Minas Gerais

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência homologa acordo entre Governo de Minas e Ministério Público | Portal TJMG

Processo que se arrastava desde 2012 foi extinto em audiência realizada hoje no TJMG

△ tjmg.jus.br

04

SEÇÃO

Novos Critérios de Distribuição Processual

Desde o início do biênio, por iniciativa do 1º vice-presidente, a equipe da DIRSUP elaborou estudos para conferir transparência e eficiência às normas regimentais afetas à distribuição, compensação semestral e critérios de prevenção. Foi constituído grupo interno de gestores e assessores para aprofundar estudos do Regimento Interno e de outros tribunais estaduais e federais.



Equipe da Dirsup responsável pelo projeto



Apresentação do novo modelo de distribuição

2024–2025

Estudos do Regimento Interno e da sistemática de distribuição e prevenção em outros Tribunais Estaduais e Federais. Reuniões com desembargadores para colher subsídios e aprimorar a proposta.

15/12/2025

Emenda Regimental nº 29/26 aprovada por unanimidade no Tribunal Pleno, alterando os arts. 14-A, 68, 69, 78, 79, 80, 81, 360 caput, 517 §2º e acrescentando arts. 81-A e 81-B ao Regimento Interno.

16/01/2026

Publicação oficial da Emenda Regimental nº 29 no Diário da Justiça Eletrônico.

01/03/2026

Entrada em vigor dos novos critérios com implantação completa nos sistemas eproc e SIAP. A DIRSUP passou a ser responsável por todo o fluxo de lançamento das substituições dos desembargadores, com controle em planilha atualizada em tempo real.

Antes x Depois — Emenda Regimental nº 29/26

Aspecto	Modelo Anterior	Novo Modelo (Emenda 29/26)
Distribuição	Por sorteio, interrompida por afastamentos	Contínua, nunca interrompida
Vacância do assento	Não recebia distribuição — aguardava o preenchimento da vaga	Recebe distribuição — processos analisados pelo substituto legal durante a vacância
Compensação semestral	Realizada semestralmente para corrigir distorções oriundas dos afastamentos	Extinta, devido à inexistência de distorções na distribuição
Prevenção	Por distribuição ao sucessor imediato	Por distribuição no assento (linha sucessória simplificada)
Regras 1º e 2º graus	Sistemas de processos distintos (PJe JPe)	Sistema de processo eletrônico único (eproc)
Lançamento de substituições	Gerenciamento feito pelos cartórios	Gerenciamento centralizado na DIRSUP



1ª Vice-Presidência apresenta estudo sobre distribuição de processos para integrantes de Câmaras | Portal TJMG

Foram detalhados também novos critérios de prevenção e compensação semestral

△ tjmg.jus.br



Comissão de Regimento Interno aprova modelo de distribuição processual | Portal TJMG

Proposta elaborada pela 1ª Vice foi deferida pela Presidência e segue para o Tribunal Pleno

△ tjmg.jus.br



Tribunal Pleno aprova novo modelo de distribuição processual | Portal TJMG

Proposta foi elaborada pela 1ª Vice-Presidência

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência apresenta novo modelo de distribuição processual ao STJ | Portal TJMG

Sistema está em vigor desde março na Corte mineira

△ tjmg.jus.br

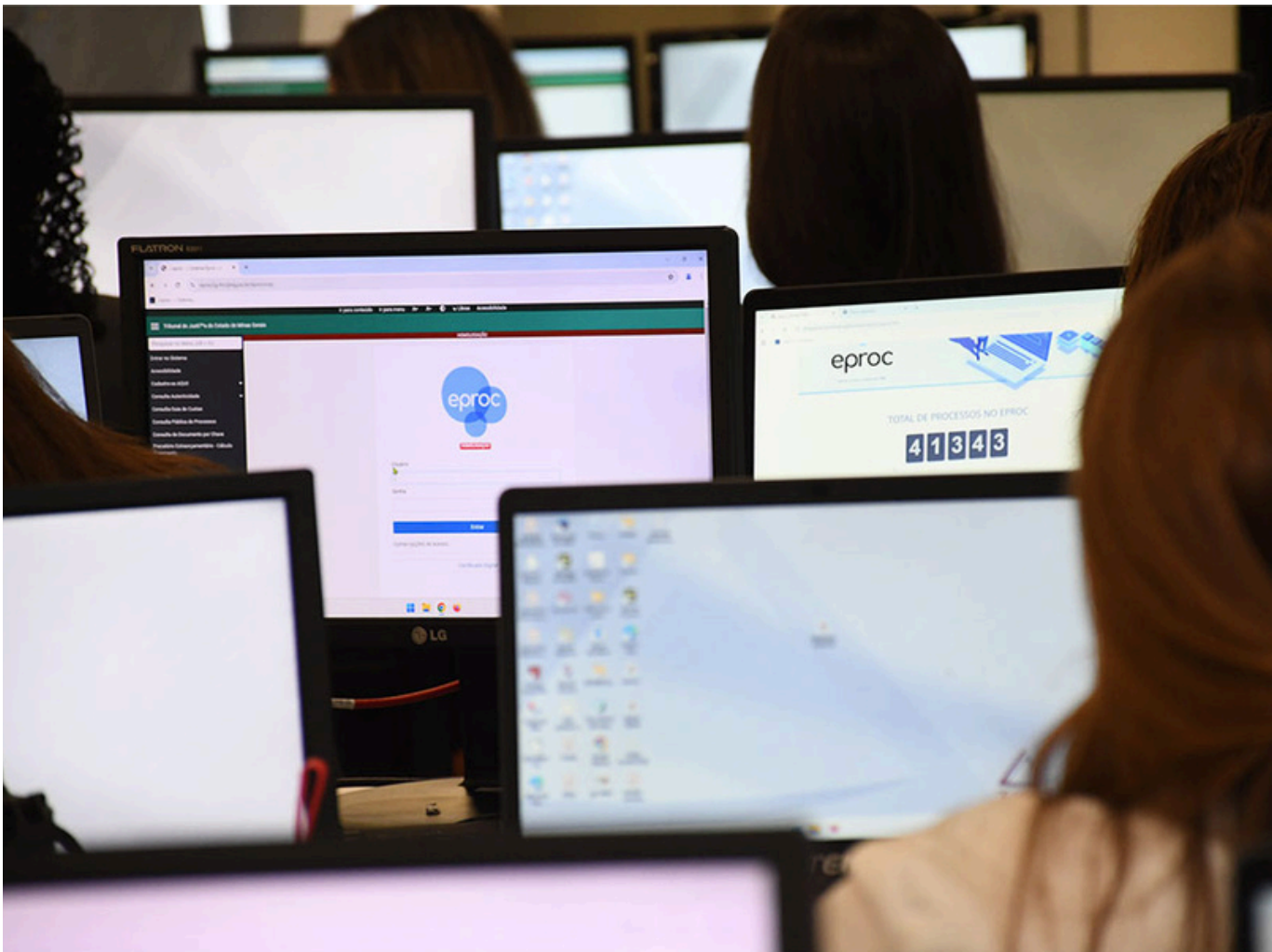
05

SEÇÃO

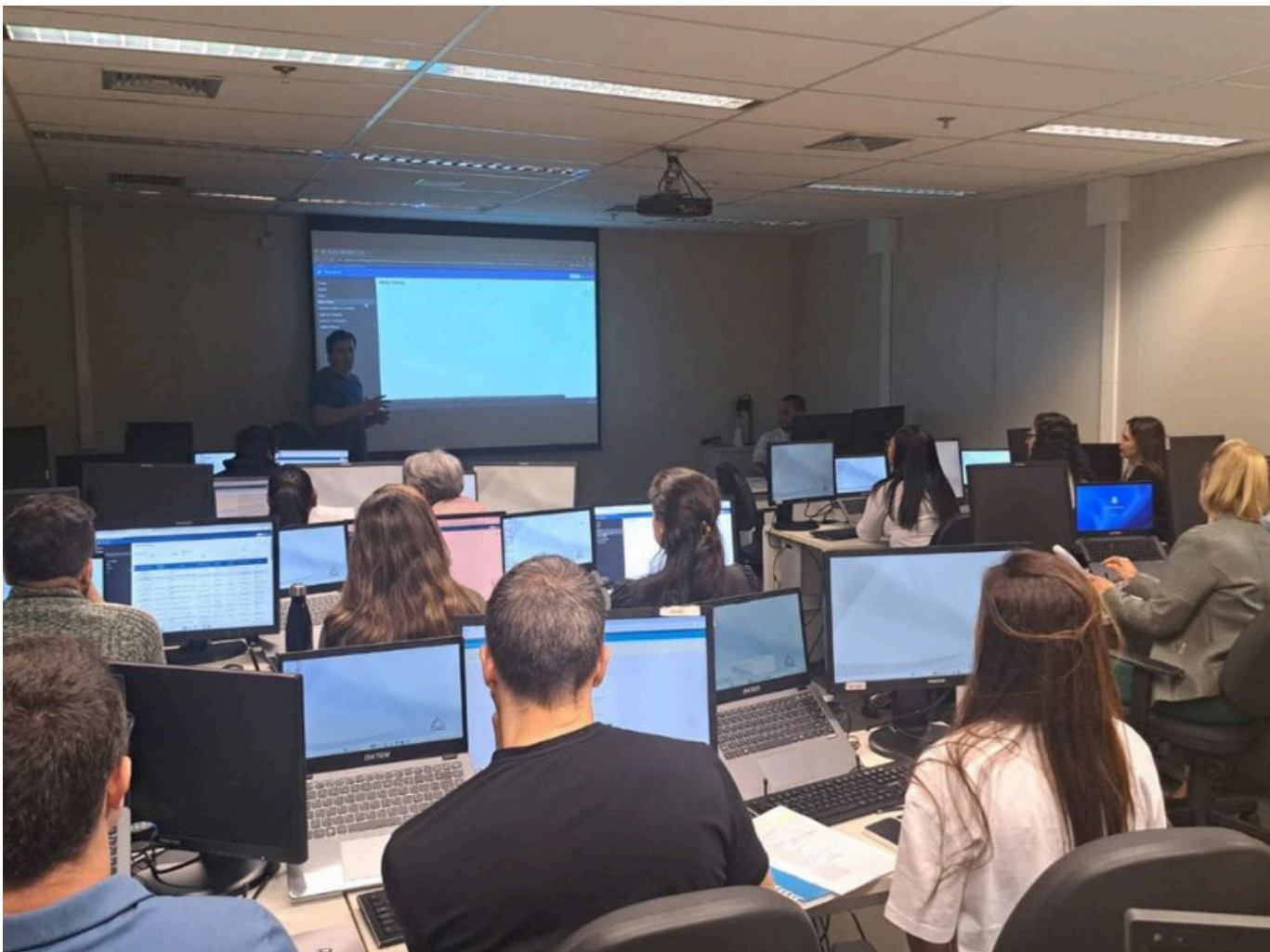
Modernização Tecnológica

O biênio foi marcado por expressiva modernização tecnológica, com a expansão do eproc a todas as câmaras cíveis, o desenvolvimento de automações e o lançamento de ferramentas digitais que transformaram os fluxos da 1ª Vice-Presidência.

Projeto	Marco	Status
Implantação eproc na 1ª Vice	2024	CONCLUÍDO
Expansão eproc — Câmaras Cíveis e Órgão Especial	16/06/2025	CONCLUÍDO
Projeto SOMA — 2ª Fase	ago/2025–jun/2026	EM ANDAMENTO
Sistema Push da 1ª Vice	nov/2025	ATIVO
Certidão judicial eletrônica	2026	HOMOLOGAÇÃO
Simulação de custas judiciais	2025	DISPONÍVEL
Módulo Precedentes eproc (TJSC/TJRS/TRF4/TJRJ)	2025–2026	EM OPERAÇÃO
Desespecialização 16ª e 21ª Câmaras Cíveis e 9ª Câmara Criminal	18/08/2025	CONCLUÍDO
Sistema TelaAdmin (sessões)	2025–2026	EM OPERAÇÃO
Projeto AURA — automação eproc	jan–abr/2026	EM ANDAMENTO



Sistema eproc — implantação na 2ª Instância do TJMG



Capacitação prática de servidores no sistema eproc

Implantação do eproc e Atuação Nacional

Implantação do eproc em 2024 e propostas de melhorias do referido sistema

O Centro de Suporte Técnico ao Processo Judicial Eletrônico e demais Sistemas Eletrônicos de 2ª Instância (CESUPE) desempenhou papel fundamental na implantação do sistema eproc em 2024, atuando diretamente nos testes de homologação para adequação do sistema às rotinas processuais do TJMG. Além disso, promoveu capacitações práticas voltadas a magistrados e servidores, garantindo maior domínio da ferramenta e aprimoramento das atividades diárias. Destaca-se que os treinamentos continuam sendo ofertados de forma contínua, assegurando a atualização dos usuários diante das frequentes evoluções do sistema.

Participação no Comitê Gestor Nacional do eproc

O gestor do CESUPE participou ativamente dos encontros nacionais do Comitê Gestor do eproc, realizados em diversos tribunais do país. Essa atuação possibilitou a troca de experiências, a identificação de boas práticas e o desenvolvimento de soluções inovadoras posteriormente implementadas no TJMG, contribuindo para a modernização do Judiciário mineiro.

Além disso, o setor apresentou propostas de melhoria ao sistema, as quais foram deliberadas e aprovadas pelo Comitê Nacional, agregando valor significativo não apenas ao TJMG, mas também aos demais tribunais que o utilizam.

Boas Práticas na Gestão de Processos no eproc

O projeto Boas Práticas na Gestão de Processos no eproc é voltado à transformação da gestão processual em um modelo mais estratégico e orientado a dados. A iniciativa alcançou os gabinetes que atualmente utilizam o sistema, promovendo maior organização do acervo, padronização de rotinas e fortalecimento da cultura de gestão ativa no âmbito da 2ª instância.

"As propostas de melhoria apresentadas pelo CESUPE foram aprovadas pelo Comitê Nacional do eproc, beneficiando não apenas o TJMG, mas todos os tribunais que utilizam o sistema."

1ª Vice SOMA, Expansão do eproc e Certidões

1ª Vice SOMA — Automações no eproc

A 2ª fase do projeto 1ª Vice SOMA: Integração Gabinetes e Cartórios teve como objetivo a criação de novos fluxos de trabalho com o suporte do sistema eproc. Foram desenvolvidas automações, preferências e classificadores de conteúdo para a redefinição do fluxo de trabalho nas câmaras cíveis, sendo o projeto-piloto realizado nas 1ª, 5ª, 7ª, 11ª e 19ª Câmaras Cíveis.

O mapeamento do fluxo processual foi conduzido em parceria com a Cogepro (Coordenadoria de Apoio Técnico à Gestão de Processos de Trabalho), área subordinada à Presidência, com vistas à construção do modelo de processo de trabalho referente ao fluxo processual do Agravo de Instrumento e da Apelação. Concluído com êxito, o projeto-piloto está apto para implementação nas demais Câmaras Cíveis deste Tribunal.

Expansão do eproc para todas as competências cíveis e para o Órgão Especial

No dia 16/06/2025, o Sistema eproc foi implementado na Segunda Instância em todas as Câmaras Cíveis, nas Seções Cíveis e no Órgão Especial. No processo de expansão e implementação do eproc na Segunda Instância, a Gerência de Análise e Gestão Processual (Geproc) e suas Coordenações atuaram nas seguintes frentes:

- Homologação do sistema nas funcionalidades de peticionamento inicial, validação, redistribuição, pesquisa de prevenção, elaboração de minutas, além das parametrizações referentes à classe, assunto e competência;
- Capacitação dos servidores lotados na GEPROC para uso do Sistema eproc e elaboração de manuais disponibilizados na Rede interna, para suporte às equipes;
- Implementação de automações para potencializar o uso do sistema pelos servidores.

Além disso, deve ser destacado que a GEPROC atuou na manutenção do fluxo de processos nos sistemas legados, garantindo que a expansão do eproc ocorresse sem interrupção na tramitação dos feitos nesses sistemas.

Emissão de certidão judicial eletrônica

Encontra-se em fase final de homologação pela Cinprot (Coordenação de Informações Processuais e Protocolo), com apoio da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (DIRTEC), o projeto para aprimoramento do sistema de emissão de certidões judiciais eletrônicas na 2ª instância.

Desespecialização de Câmaras, Push e TelaAdmin

Desespecialização da 16ª e 21ª Câmaras Cíveis e 9ª Câmara Criminal e adaptação dos sistemas eletrônicos

Com o fim da especialização da 16ª e 21ª Câmaras Cíveis e 9ª Câmara Criminal, aprovado na Sessão do Pleno realizada em 4 de agosto de 2025, a GEGPROC atuou em conjunto com a DIRSUP na homologação dos ajustes sistêmicos necessários para essa implementação, ocorrida a partir de 18 de agosto daquele ano. As equipes foram capacitadas para aplicação das novas regras de competência e de prevenção estabelecidas pelas Proposições aprovadas pela mesma Sessão do Pleno.

Push da 1ª Vice-Presidência

A 1ª Vice-Presidência, em parceria com a Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (DIRTEC), implantou o sistema "Push da 1ª Vice-Presidência". Este novo sistema visa automatizar o envio de informações sobre a tramitação dos processos referentes ao expediente do dia anterior para setores da 2ª Instância do TJMG. Como um recurso adicional, será disponibilizada uma coletânea no primeiro dia útil de cada mês com informações consolidadas do mês anterior.

Sistema TelaAdmin

No âmbito da gestão das sessões de julgamento, destaca-se a implementação do sistema TelaAdmin, ferramenta utilizada pela CEREJ (Central de Registro das Sessões de Julgamento e Administrativas) para indexação e gravação. Após rigorosa fase de homologação e capacitação da equipe, o sistema foi implantado de forma gradual entre 2025 e 2026, estando atualmente em pleno funcionamento em todos os plenários e no auditório. A iniciativa proporcionou maior precisão, padronização e eficiência na produção de notas e no registro das sessões, reduzindo inconsistências e retrabalho.

Apoio Institucional, Degração com IA e Projeto AURA

Sistema de Votação de Emendas Regimentais

No âmbito do apoio institucional às atividades da alta administração do Tribunal, destaca-se o Sistema de Votação de Emendas Regimentais, no qual os consultores do CESUPE prestam suporte técnico à equipe da DIRTEC. A atuação envolve o acompanhamento e apoio direto aos Desembargadores no processo de votação relacionado à Presidência do TJMG. Para garantir o correto funcionamento do sistema, os consultores realizam visitas aos gabinetes, prestando suporte na instalação do aplicativo "Votar Pleno" nos dispositivos móveis dos magistrados, além de orientar quanto aos procedimentos necessários para participação no processo de votação das eleições institucionais. Essa atuação contribui para a segurança, confiabilidade e fluidez do processo de votação, assegurando suporte técnico adequado e tempestivo aos usuários envolvidos.

Eleição de Cargos Eletivos – TRE

No contexto das eleições de alta relevância institucional, destaca-se ainda a atuação do CESUPE no suporte ao processo de Eleição de Cargos Eletivos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Durante o período de votação dos membros que irão ocupar cargos de alta direção, os consultores do CESUPE permanecem em regime de plantão, prestando suporte técnico e operacional aos participantes do processo, garantindo a continuidade e estabilidade do sistema de votação e o esclarecimento imediato de dúvidas durante todo o período eleitoral.

Apoio na degravação de audiências

A modernização da degravação de audiências, com o uso de inteligência artificial, representou um avanço importante na tramitação processual. O CESUPE, em conjunto com a COSINF, em apoio à DIRTEC, atuou na orientação aos usuários, especialmente no processo de cadastro e utilização das ferramentas, contribuindo para a redução do trabalho manual e o aumento da eficiência.

Projeto AURA

O Projeto AURA implementa soluções de inteligência e automação no sistema eproc, substituindo tarefas manuais e repetitivas por fluxos automatizados. Entre jan-abr/2026, foram alcançados:

- Mapeamento de fluxos administrativos
- Validação da versão 9.19 do eproc
- Automação de peticionamento inicial em todas as competências do 2º grau
- Infraestrutura tecnológica com interface gráfica amigável
- Módulos de leitura automatizada de dados
- Transferência de conhecimento à 1ª Instância



1ª Vice promove oficina de boas práticas no eproc | Portal TJMG

Curso abordará o uso eficiente e estratégico do sistema

△ tjmg.jus.br



1ª Vice Soma inicia série de encontros com foco no uso avançado do eproc por gabinetes e cartórios | Portal TJMG

Projeto tem participação de assessores e gestores do cartório da 11ª Câmara Cível

△ tjmg.jus.br



1ª Vice capacita mais de 250 assessores e assistentes na gestão de processos no eproc | Portal TJMG

Após curso, gabinetes passam a contar com suporte contínuo

△ tjmg.jus.br



"1ª Vice Soma" inicia automação de rotinas na 1ª Câmara Cível | Portal TJMG

Programa consolida uso estratégico do eproc nos gabinetes

△ tjmg.jus.br

06

SEÇÃO

Inteligência Artificial

A incorporação de ferramentas de inteligência artificial ao fluxo de trabalho representou um avanço significativo na capacidade analítica e na eficiência dos processos internos, com destaque para o desenvolvimento de prompts e ferramentas específicas para a admissibilidade recursal.

Ferramenta	Descrição	Status
Prompt de relatório — Assistente TJMG	Padronização textual e agilidade em minutas de RE/REsp	ATIVO
Triagem de sobrestados com IA	Separação entre processos para retratação ou negativa de seguimento	EM ESTUDO
Enciclopédia de Precedentes	Compatível com Gemini e NotebookLM para pesquisa rápida	DISPONÍVEL
Curso prático de IA para facilitadores	Capacitação aplicada em uso de IA no judiciário	REALIZADO
Degração de audiências	Apoio à modernização com IA (CESUPE + COSINF + DIRTEC)	EM OPERAÇÃO

Criação de Prompt para análise de pressupostos processuais em Apelação

O prompt foi desenvolvido para uso na Assistente TJMG e é capaz de verificar, de forma sistemática e padronizada, os requisitos de admissibilidade de Apelações Cíveis, reduzindo inconsistências, omissões e retrabalho nas equipes de gabinete.

A triagem de admissibilidade figura entre as tarefas mais repetitivas e críticas dos gabinetes. Realizada manualmente, está sujeita a inconsistências e demoras excessivas. Com o Analista de Pressupostos, a análise será conduzida de forma aprofundada, ágil e padronizada.

Adoção de novas tecnologias: prompt de relatório incorporado à biblioteca do Assistente TJMG

Com a integração do Assistente TJMG aos sistemas processuais, foi desenvolvido pela equipe da Assessoria da 1ª Vice-Presidência (1ª Asvip) um prompt de relatório de minutas de recursos especiais e extraordinários com o objetivo de garantir padronização textual, maior agilidade na redação das minutas e segurança jurídica na utilização da inteligência artificial.

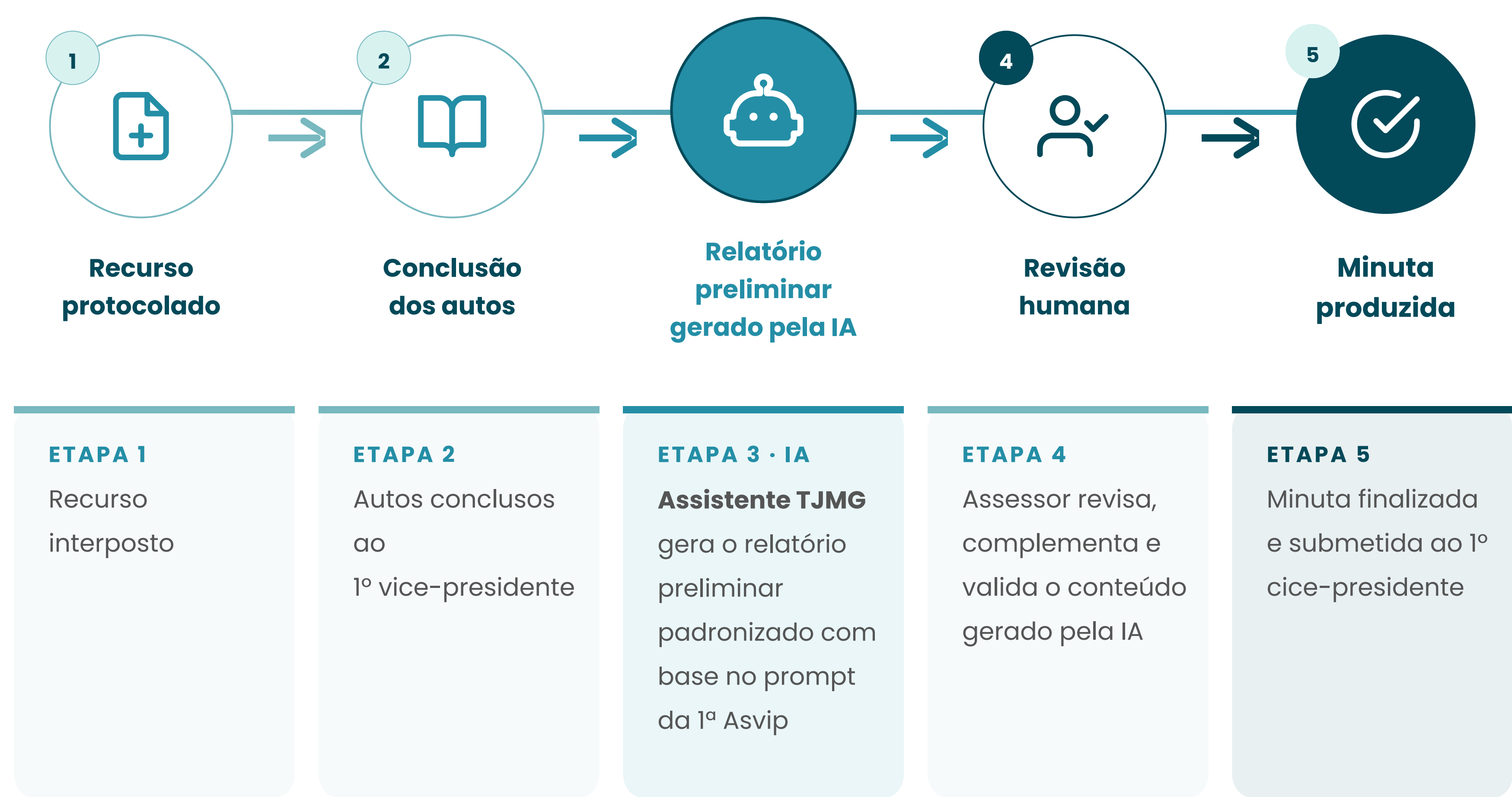
O uso do assistente tem se mostrado especialmente vantajoso nas demandas mais complexas, típicas da competência da 1ª Vice-Presidência, voltadas ao direito público e marcadas por recursos extensos e multifacetados. O ganho de tempo na elaboração do relatório permite que o assessor concentre esforços no estudo do caso, na pesquisa jurisprudencial e na construção da fundamentação da minuta.

No fluxo de trabalho da 1ª Asvip, está sendo implementada a geração prévia desses relatórios já na etapa da triagem, possibilitando que o assessor receba o processo com o relatório preliminar pronto para revisão e complementação. Além disso, estão sendo estudadas alternativas para triagem de processos sobrestados com o auxílio da inteligência artificial, permitindo a separação entre os autos que serão enviados ao juízo de retratação daqueles cujos recursos já podem ter o seguimento negado.

Prompt de relatório Assistente TJMG

Assistente TJMG · ativo

Fluxo IA — relatórios de minutas no juízo de admissibilidade





1ª Vice apresenta soluções em IA para aprimorar prestação jurisdicional | Portal TJMG

Ferramentas são voltadas à otimização do trabalho no Tribunal

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência promove treinamento sobre uso de IA no Judiciário | Portal TJMG

Participaram da capacitação assessoras e assistentes do Gavip 1

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência apresenta boas práticas no uso de IA em evento no STJ | Portal TJMG

Iniciativas são voltadas para análise do juízo de admissibilidade do recurso especial

△ tjmg.jus.br



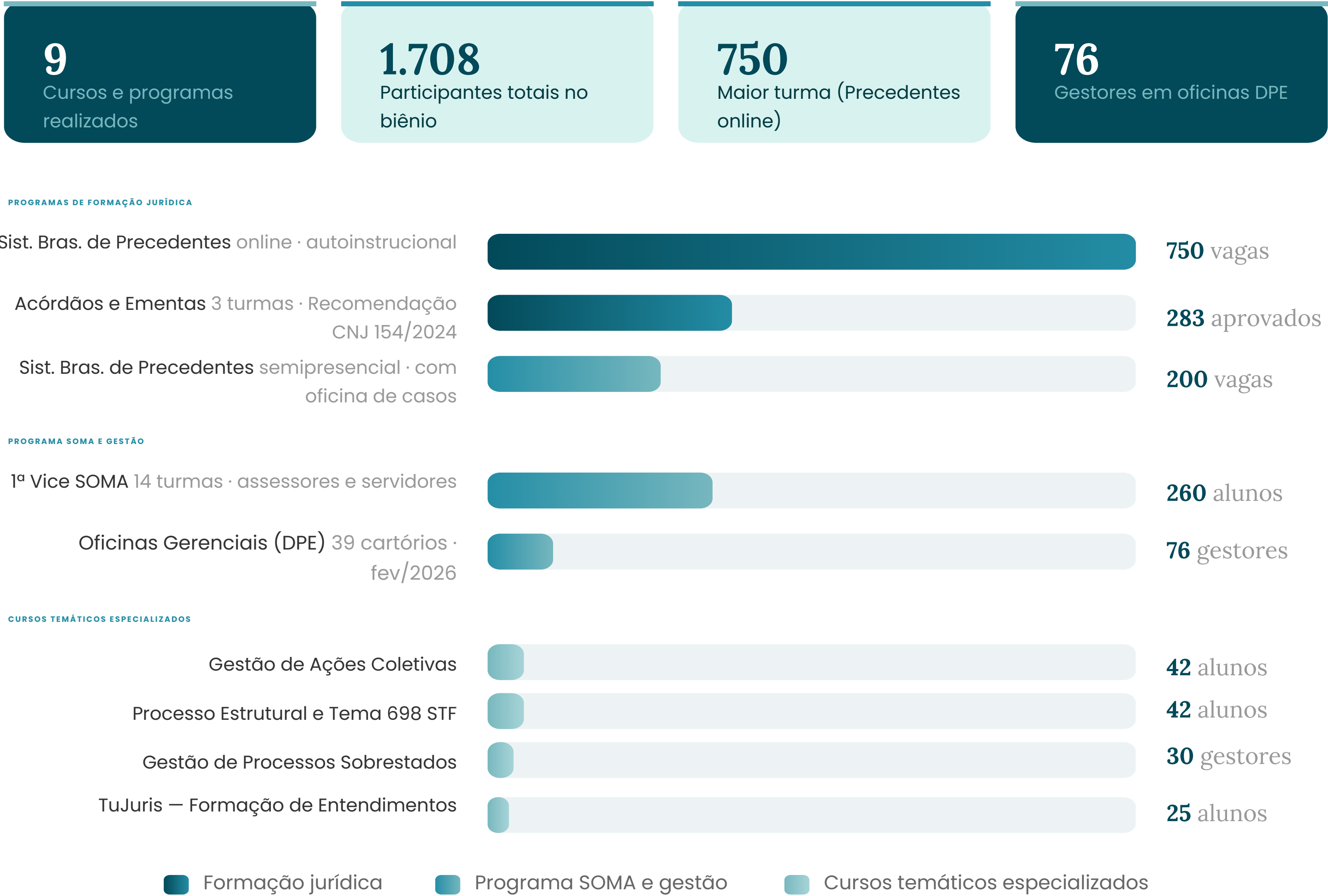
1ª Vice SOMA — Des. Marcos Lincoln durante a abertura oficial do projeto

Programa 1ª Vice SOMA

O Programa SOMA — Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial — integrou o Planejamento Estratégico do TJMG. A ação formativa do 1º semestre de 2025 capacitou **260 alunos** em **14 turmas**, entre assessores, assistentes e servidores de cartório.

CICLO DE PALESTRAS — SET/2025

O CEGEP promoveu capacitação direcionada a mais de **100 servidores**, com ênfase em Jurimetria e cultura de dados. Temas: *Poder Judiciário — Desafios e Perspectivas* (Juiz Marcus Vinícius), *Histórico do DPE* (servidora Desirée Santana) e *Reformulação do DPE* (servidora Rosane Brandão).





Curso 1ª Vice Soma finaliza primeira fase com mais de 260 participantes | Portal TJMG

Em cinco meses, foram 168 horas de treinamento distribuídas em 14 turmas

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência promove curso Gestão para Resultados nos Cartórios | Portal TJMG

Capacitação ocorrerá no dia 24/9, no Edifício-Sede do TJMG

△ tjmg.jus.br

Oficinas Gerenciais e 1º Encontro de Linguagem Simples

Oficinas Práticas de Capacitação Gerencial

Em fevereiro de 2026, o CEGEP realizou oficinas técnico-operacionais direcionadas a 76 gestores, alcançando a totalidade dos 39 cartórios da Segunda Instância. A iniciativa teve como propósito fundamental a transposição das diretrizes estratégicas institucionais para o plano prático de execução.

1º Encontro de Linguagem Simples no TJMG

Realizado nos dias 19 e 20 de março de 2026, o 1º Encontro de Linguagem Simples no TJMG contou com 240 pessoas inscritas para a modalidade presencial e 714 inscritas para a transmissão ao vivo.

Com abordagem interdisciplinar, as palestras foram ministradas por profissionais das áreas do Direito, Linguística, Comunicação e Inovação. Entre os palestrantes, nomes como o do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha; da desembargadora federal Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6); da jornalista e fundadora da empresa Comunica Simples, Heloísa Fischer; da doutora em Estudos da Linguagem e especialista em Linguagem Simples no Pólen – Laboratório de Inovação em Gestão Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Liana Paraguassu; e da linguista e advogada Clarisse Mattos, doutoranda em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

240

Inscritos presenciais

714

Inscritos transmissão ao vivo



1º Encontro de Linguagem Simples no TJMG – mar/2026

Oficinas Gerenciais e 1º Encontro de Linguagem Simples



1ª Vice realiza encontro inédito no TJMG sobre linguagem simples | Portal TJMG

Inscrições são gratuitas e abertas ao público

△ tjmg.jus.br



Palestra do ministro do STJ João Otávio de Noronha encerra 1º Encontro de Linguagem Simples do TJMG | Portal TJMG

Evento promovido pela 1ª Vice-Presidência terminou nesta sexta (20/3)

△ tjmg.jus.br

Curso autoinstrucional "Formatação e estruturação de acórdãos e ementas"

A capacitação foi reestruturada para contemplar a Recomendação 154/2024 do CNJ; também foram atualizadas todas as unidades do manual de Formatação e estruturação de acórdãos e ementas, disponível na rede TJMG (oferta permanente). Foi criada ainda uma nova edição do curso no módulo eproc, a fim de atender à formatação delimitada pelo sistema, com o respectivo manual.

Turma	Período	Aprovados
Turma 1/2024	9/5 – 17/6/2024	89
Turma 1/2025	18/02 – 19/03/2025	54
Turma 2/2025	20/8 – 12/12/2025	140
Turma 1/2026	Em andamento	—

Cursos sobre Precedentes, Ações Coletivas e Gestão

Curso	Público / Formato	Resultado
Sistema Brasileiro de Precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG	Semipresencial, com oficina de casos — magistrados de 1ª Instância e assessores	200 alunos (3 turmas)
Fundamentos do Sistema Brasileiro de Precedentes (autoinstrucional, EAD)	Servidores, assessoria, estagiários, terceirizados e público externo	350 vagas (T01/2025) + 300 (T02/2026)
Gestão de ações coletivas	Semipresencial, com oficina de casos	42 alunos
Processo Estrutural e o Tema 698 do STF	Semipresencial, com oficina de casos	42 alunos
Treinamento de Escrivães e Escreventes — Gestão de Processos Sobrestados	Semipresencial, com oficina de casos	30 gestores de cartórios
Painéis Táticos — Metas e Estatísticas (Ceinjur)	Servidores do Nuap, Deplag, 3ª Vice-Presidência e assessores	Série de cursos
Fluxo das Guias de Custas na 2ª Instância	Novos colaboradores da COJIN (Custas e Atendimento)	Integração técnica

Sistema Brasileiro de Precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG:

Curso semipresencial, com oficina de casos, voltado a magistrados de Primeira Instância e assessores do TJMG com o objetivo de compreender, identificar e aplicar adequadamente o sistema brasileiro de precedentes qualificados, a fim de agilizar e aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

Resultados: foram ofertadas três turmas, com um total de 200 alunos capacitados.

Oficinas Gerenciais e 1º Encontro de Linguagem Simples



1ª Vice finaliza curso sobre o Sistema Brasileiro de Precedentes com aula prática | Portal TJMG

Cerca de 80 magistrados e assessores participaram da capacitação

△ tjmg.jus.br



1ª Vice promove ação de nivelamento sobre precedentes qualificados | Portal TJMG

Capacitação é direcionada a assessores dos desembargadores da 1ª Seção Cível

△ tjmg.jus.br

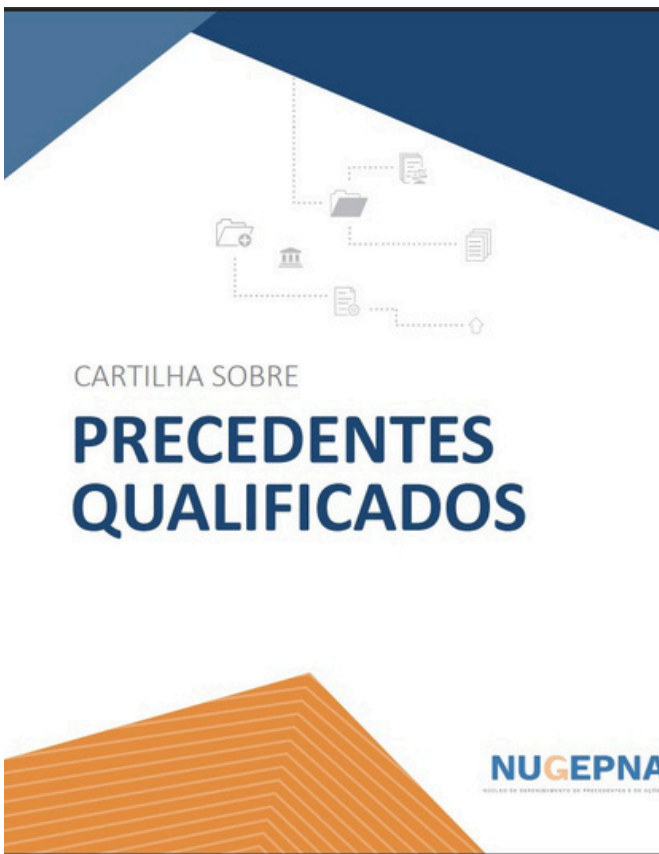
Materiais e Manuais

Materiais produzidos

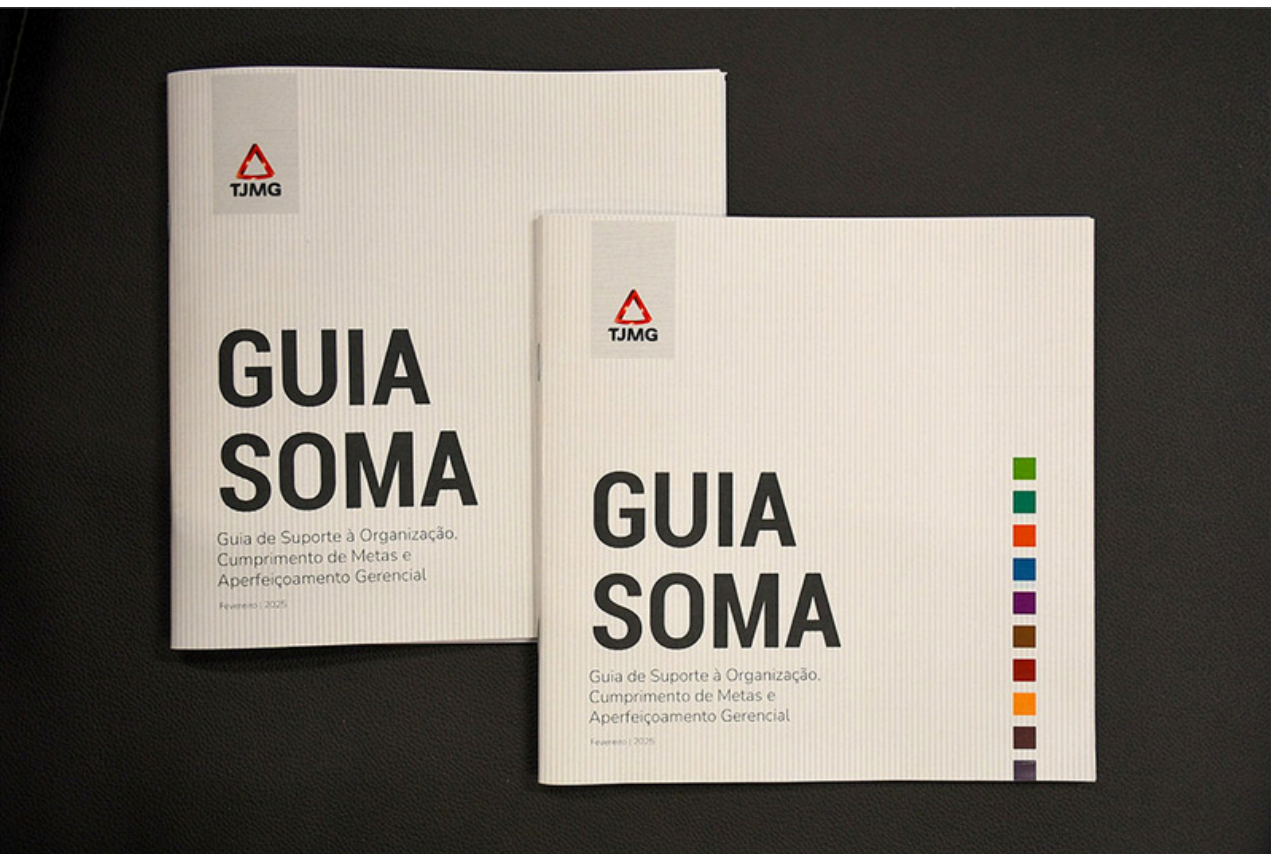
Material	Detalhe
Guia SOMA	190 exemplares entregues; disponível na rede TJMG
Cartilha Processo Estrutural	Orientações do recebimento à execução
Cartilha Precedentes Qualificados	150 exemplares para Desembargadores + versão digital
Revista de Precedentes	Edições nº 6 (nov/2024) e nº 7 (dez/2025)
Boletim de Ações Coletivas	6 boletins publicados com dados jurimétricos
Enciclopédia de Precedentes	Compatível com Gemini / NotebookLM
Banco de Minutas (Ações Coletivas)	Despachos, decisões e sentenças de processos estruturais
FAQ Ações Coletivas	Perguntas e respostas para magistrados e operadores
Manual Interativo — Sessão (Gabinetes)	Concluído em 03/03/2026; pré-sessão, sessão e pós-sessão
Manual Interativo — Sessão (Cartório)	Em finalização; prev. abr/2026
Dica da Semana / Você Sabia	Infográficos e conteúdos orientativos contínuos



"Viva Bem" — orientações para uma boa saúde no trabalho



Cartilha sobre Precedentes Qualificados (NUGEPNAC)



Guia SOMA — entregue a 190 gabinetes e cartórios

Manuais e Conteúdos Orientativos

O CESUPE desenvolveu importantes iniciativas de apoio à qualificação e padronização de procedimentos:

Manual / Conteúdo	Situação
Manual Interativo da Sessão de Julgamento (Gabinetes)	Concluído em 03/03/2026
Manual Interativo da Sessão de Julgamento (Cartório)	Em finalização — prev. abr/2026
Manual Completo do Gabinete	Atualização contínua (eproc)
Dica da Semana	Infográficos contínuos sobre dúvidas recorrentes
Você Sabia	Conteúdos detalhados com passo a passo do eproc

Oficinas Gerenciais e 1º Encontro de Linguagem Simples



1ª Vice-Presidência publica cartilha sobre precedentes qualificados | Portal TJMG

Material está disponível para download no Portal do TJMG

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência do TJMG lança Guia Soma | Portal TJMG

Material tem como público-alvo as equipes de gabinetes e cartórios da 2ª Instância

△ tjmg.jus.br

O CEGEP coordenou a implementação do Desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE) nos 39 cartórios da Segunda Instância, promovendo a modernização das práticas de gestão com foco no pleno alcance das metas institucionais e do CNJ.

1

Diagnóstico

Levantamento da situação atual dos cartórios: acervo, fluxos, gargalos e indicadores de desempenho. Diagnose isenta e fidedigna de cada unidade.

2

Plano Estratégico

Definição de objetivos estratégicos alinhados às metas do CNJ e do TJMG para o período. Autonomia das Unidades Judiciárias.

3

Plano de Ação

Detalhamento de iniciativas, responsáveis, prazos e recursos para execução das estratégias definidas em cada cartório.

4

Acompanhamento

Monitoramento diário dos indicadores com painéis táticos de BI atualizados em tempo real. Melhoria contínua.



Oficina prática DPE — "Gestão para Resultados: Análise Trienal"

MARCOS DO PERÍODO

2024–2025

DPE implantado nos 39 cartórios da Segunda Instância.

mai–out/2025

Reformulação integral do material de suporte do DPE.

fev/2026

Oficinas práticas para 76 gestores — todos os 39 cartórios.



1ª Vice capacita gestores de cartórios para elaboração do plano de ação no DPE | Portal TJMG

Curso é ministrado por servidoras do Cegep

△ tjmg.jus.br

09 SEÇÃO

Precedentes Qualificados

O NUGEPNAC consolidou-se como referência nacional na gestão de precedentes qualificados, com atuação abrangente em súmulas, IRDRs, IACs, cooperação interinstitucional e apoio técnico especializado.

52

Súmulas criminais analisadas

36

Cancelamentos aprovados

16

Novos enunciados criminais

3

Novas súmulas cíveis

REVISÃO DAS SÚMULAS CRIMINAIS — 52 ENUNCIADOS ANALISADOS

36

cancelamentos

16

novos enunciados

A Comissão de Desembargadores aprovou os estudos, propondo **36 cancelamentos** e **16 novos enunciados** perante o Órgão Especial.

10

Representativos encaminhados

6

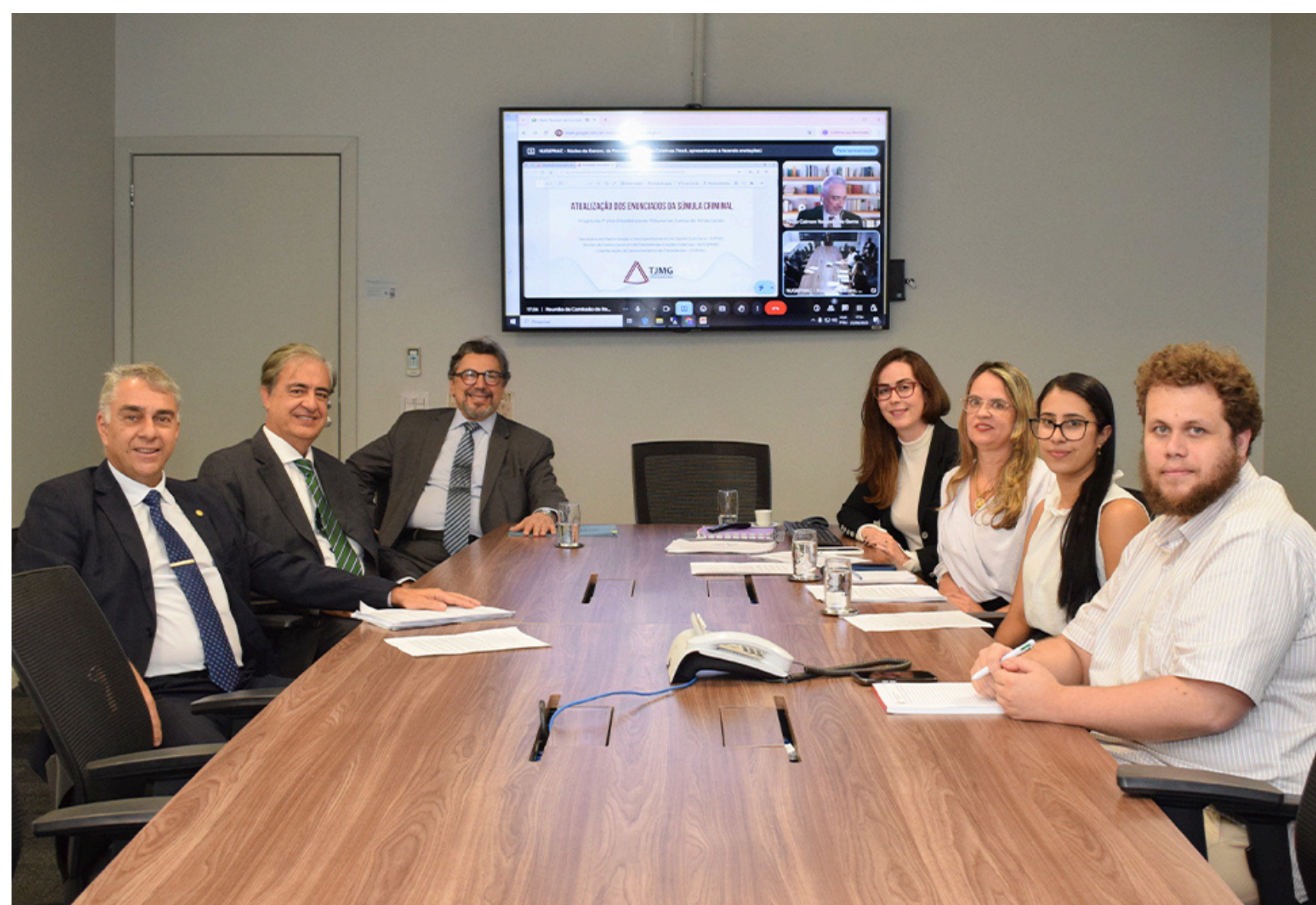
Termos cooperação IRDR

140

Amici curiae no banco

29

Assessores treinados



Reunião de trabalho — "Atualização dos Enunciados da Súmula Criminal" (NUGEPNAC)

PROJETO APERFEIÇOAMENTO IRDR/IAC

Oferecimento de suporte técnico especializado e treinamento a **29 assessores** das Seções Cíveis. Assinatura de **6 termos de cooperação** entre relatores de IRDR e recursos em câmaras cíveis, possibilitando adequação da causa-piloto. Foram sugeridos interessados para **04 Temas de IRDR** do TJMG, com banco de **140 amici curiae**.

BANCO DE MINUTAS IRDR/IAC

Disponibilização de banco de minutas de despachos, decisões e acórdãos proferidos em IRDR/IAC do TJMG, para agilizar o trabalho das assessorias.



1ª Vice-Presidência lança Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes | Portal TJMG

Iniciativa dará suporte aos desembargadores na tramitação dos IRDRs e IACs

△ tjmg.jus.br



1ª Vice fará gestão da uniformização da jurisprudência para Juizados Especiais | Portal TJMG

Nugepnac será o responsável pelo trabalho em apoio à TuJuris

△ tjmg.jus.br

Projeto Gestão de Julgados da TuJuris

Apoio técnico à Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais — gestão e acompanhamento dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJs).

Iniciativa	Resultado
Reformulação da Resolução 1115/2025	Procedimento mais célere e racional para IUJs
Página da Turma de Uniformização	Informações internas e externas sobre incidentes
Painel de Incidentes em Tramitação	Compilação de IUJs admitidos, questões e entendimentos
Revisão de IUJs julgados	Verificação de publicidade e adequação frente a novos precedentes
Melhoria Eproc — sobrestados TuJuris	Criação do incidente na aba de Precedentes do eproc
Curso Formação TuJuris	25 magistrados e assessores capacitados

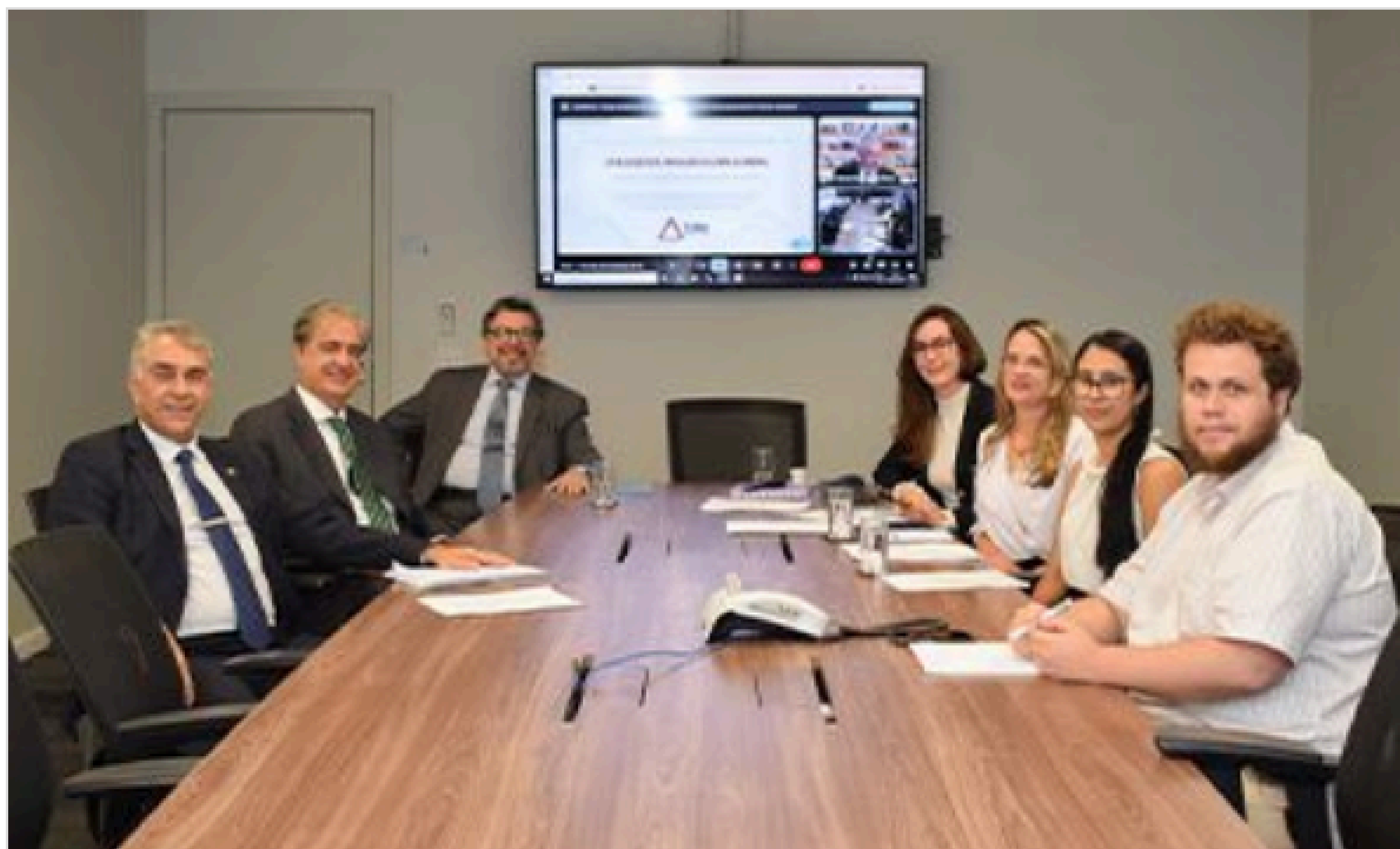


Reunião do NUGEPNAC com a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac)

"O NUGEPNAC é reconhecido nacionalmente como modelo de gestão de precedentes qualificados, influenciando a uniformidade jurisprudencial e a segurança jurídica."

INICIATIVAS ADICIONAIS

Iniciativa	Resultado
Súmulas cíveis — novos enunciados	3 enunciados aprovados no Órgão Especial
Representativos de Controvérsia	10 questões encaminhadas ao rito de precedentes qualificados
Revista de Precedentes	Edições nº 6 (nov/2024) e nº 7 (dez/2025)



1ª Vice apresenta projeto de atualização dos enunciados de súmula criminal | Portal TJMG

Revisões serão conduzidas por comissão composta por desembargadores

△ tjmg.jus.br



1ª Vice-Presidência lança novo formato da Enciclopédia de Precedentes | Portal TJMG

Magistrados utilizam ferramentas de IA para ampliar funcionalidade do material

△ tjmg.jus.br

10

SEÇÃO

Articulação Institucional e Visibilidade Nacional

A 1ª Vice-Presidência estabeleceu e aprofundou relações com os principais tribunais e órgãos do Poder Judiciário, posicionando o TJMG como protagonista nacional na gestão de precedentes e na modernização da admissibilidade recursal.



Des. Marcos Lincoln no evento do STJ — II Encontro sobre Admissibilidade de Recursos Dirigidos aos Tribunais Superiores



II Encontro sobre Admissibilidade de Recursos Dirigidos aos Tribunais Superiores no STJ

Encontros no STJ — abr e nov/2025

No evento de **abril/2025** : apresentação do panorama institucional da admissibilidade recursal, boas práticas da 1ª Vice (especialização por matéria, quadro permanente de servidores) e caso de sucesso do Tema 588 STJ (8.300 recursos). No evento de **novembro/2025** : aplicação de IA no juízo de admissibilidade — ferramentas de identificação automatizada de temas e uso do Assistente TJMG para relatórios padronizados.

Evento / Iniciativa	Data	Resultado
Encontro STJ da Segunda Instância	abr/2025	Boas práticas compartilhadas — admissibilidade e Tema 588
Encontro STJ — Soluções Tecnológicas	nov/2025	IA na admissibilidade; convite para projeto piloto de prevenção nacional
1º Congresso STJ 2ª Instância (Brasília)	set/2025	Enunciado 1 aprovado (litigância abusiva)
Programa Imersão — STF e NUGEPNAC/STJ	2025	Compartilhamento de boas práticas entre NUGEPNACs nacionais
VII Encontro Nacional de Precedentes Qualificados	2025	Participação em painel sobre formação de precedentes locais

Programa Imersão e VII Encontro Nacional

Programa Imersão: precedentes na prática

A participação no "Programa Imersão: precedentes na prática" consistiu no intercâmbio entre integrantes dos NUGEPNACs do país por meio de visita técnica à Secretaria de Gestão de Precedentes do STF e ao NUGEPNAC do STJ. O objetivo é implementar estratégias de colaboração entre as instituições, por meio do compartilhamento de ideias, conhecimentos e projetos inovadores para o aprimoramento do sistema de precedentes e de estratégias que viabilizem a formação de precedentes qualificados no TJMG.



VII Encontro Nacional de Precedentes Qualificados

VII Encontro Nacional de Precedentes Qualificados

Evento organizado pelo STF e STJ com objetivo de fortalecer a integração entre magistrados e servidores que atuam no sistema de gestão de precedentes. O encontro também pretende reforçar a importância da atuação integrada das unidades que lidam com fases processuais como o juízo de admissibilidade, estimulando a adoção de práticas mais uniformes e eficientes. O evento contou com a participação de servidor da 1ª Vice-Presidência no painel sobre "Formação de precedentes locais".

Programa Imersão e VII Encontro Nacional



1ª Vice-Presidência participa de encontro nacional sobre precedentes qualificados | Portal TJMG

Evento foi realizado no STJ, em Brasília

△ tjmg.jus.br

Enunciados Propostos e Novo Modelo Apresentado ao STJ

Foram apresentadas duas propostas de enunciados no 1º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual, realizado nos dias 8 e 9 de setembro de 2025, em Brasília.

ENUNCIADO 1 • APROVADO

O ajuizamento massivo de ações de mesma natureza e de partes distintas, por si só, não caracteriza a litigância abusiva.

Referência legislativa: arts. 5º e 928 do Código de Processo Civil; art. 187 do Código Civil.

ENUNCIADO 2 • PROPOSTO

Tratando-se de ações distintas, porém de mesma espécie de contrato e mesmas partes, deve ser reconhecida a conexão e a prevenção para evitar soluções distintas e conflitantes e, ainda, facilitar a identificação de possível litigância abusiva.

Referência legislativa: arts. 55, §3º e 930 do Código de Processo Civil.

Novo Modelo de Distribuição Apresentado ao STJ

A 1ª Vice-Presidência do TJMG apresentou o novo modelo de distribuição processual, em vigor desde março de 2026 na 2ª Instância, a gestores da Secretaria Judiciária do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na oportunidade, foi demonstrado um comparativo entre as regras anteriores e as novas diretrizes de distribuição, incluindo as alterações nos critérios de prevenção e de compensação semestral, bem como o fluxo de trabalho adotado no setor de validação de cadastro e a análise dos indícios de prevenção. Também foi abordado o processo de alteração regimental necessário à implementação do novo modelo. O TJMG, por meio da 1ª Vice-Presidência, foi convidado a participar de um projeto piloto que visa à integração de um sistema nacional de prevenção com a Corte Cidadã.



Novo modelo de distribuição processual apresentado ao STJ

11

SEÇÃO Saúde e Bem-estar

Pautado na premissa de que a excelência operacional é indissociável do bem-estar institucional, o CEGEP promoveu, em março de 2026, o **Projeto Empatia: Saúde em Foco** — ciclo de ações voltadas à saúde mental e à qualidade de vida no ambiente laboral.



Projeto Empatia — palestra sobre saúde mental e burnout (mar/2026)



"Ferramenta de escuta dos sinais internos" — dinâmica O Semáforo da Saúde

Saúde Mental e Burnout

Palestra do médico psiquiatra Octavio Maia Saliba: indicadores sobre transtornos de ansiedade e burnout, estratégias de prevenção precoce e protocolos de tratamento.

Conexões que Curam

Abordagem do médico psiquiatra Fabrício Silva Gomes: impactos da depressão no contexto profissional e importância do suporte institucional e da empatia nas relações de trabalho.

O Semáforo da Saúde

Dinâmica conduzida pela servidora Rosane Brandão: autoavaliação de níveis de estresse, prevenção do esgotamento profissional e consolidação de ambiente de trabalho saudável.

"Cuidar das pessoas que fazem a Justiça é condição indispensável para a excelência na prestação jurisdicional. O Projeto Empatia reafirma que a gestão humanizada é parte essencial da governança."

11

SEÇÃO

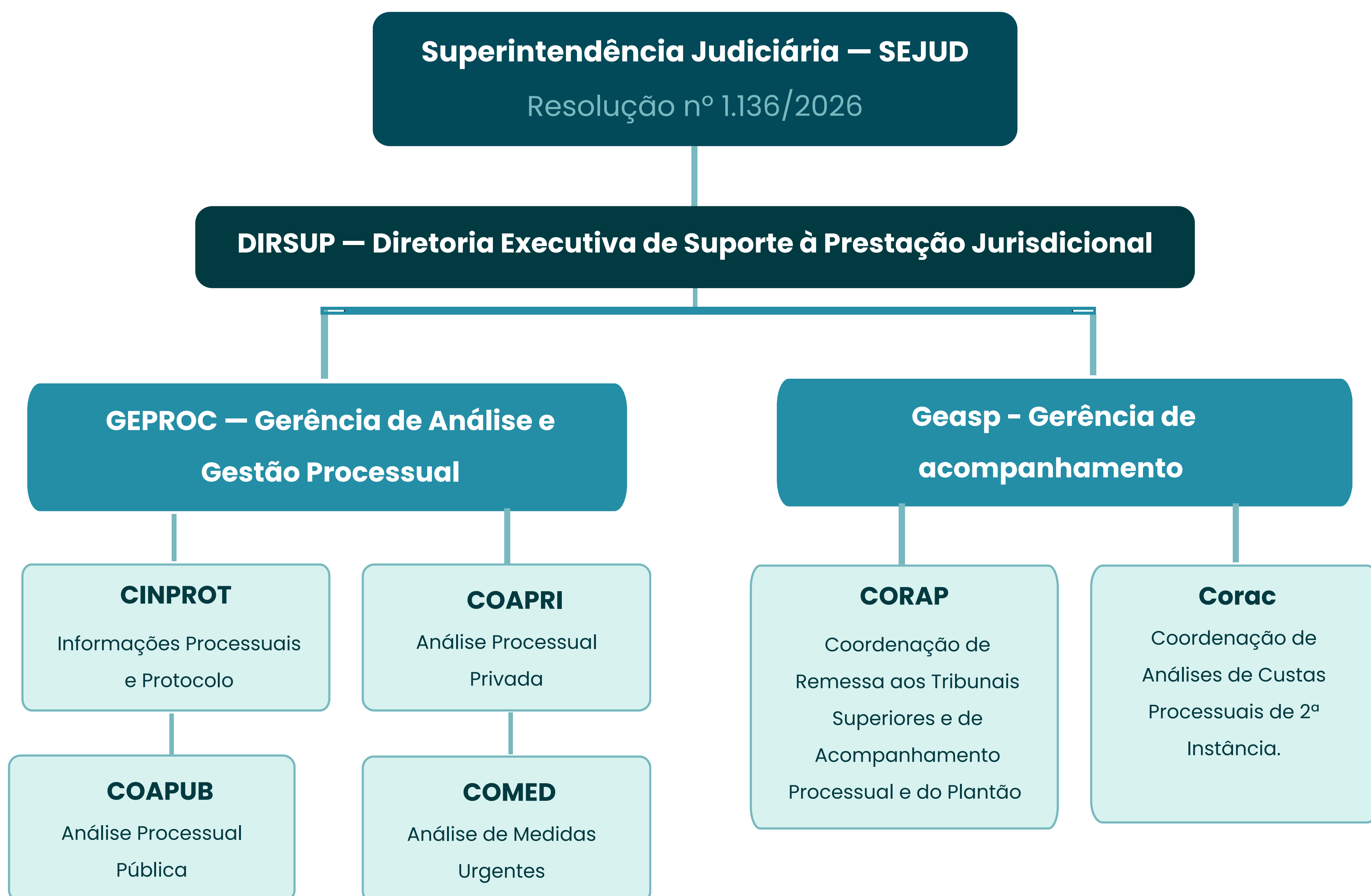
Saúde e Bem-estar



12 SEÇÃO Reestruturação Administrativa

A Resolução nº 1.136/2026 alterou a estrutura organizacional da Superintendência Judiciária (SEJUD), criando quatro coordenações especializadas sob a GEPROC, alinhadas às inovações do eproc e às demandas da gestão processual moderna.

Organograma — Nova Estrutura (SEJUD/GEPROC)



"A nova estrutura favoreceu a qualidade técnica das análises, a redução de equívocos na validação de cadastros e posiciona a GEPROC como eixo estratégico da gestão processual eficiente na 2ª Instância."

A DIRSUP também realizou **4 compensações semestrais** na gestão 24/26, contabilizando a última todos os processos distribuídos entre 1º/07/25 e 28/02/26, tanto no SIAP quanto no eproc.

12

SEÇÃO

Reestruturação Administrativa

DEMAIS INICIATIVAS

Iniciativa	Descrição
Atualização de atos normativos	Revisão de todos os atos da DIRSUP, gerências e coordenações
Reforma do primeiro subsolo	Novo layout com sala de reuniões e centro de treinamento (30 estações)
Projeto "Subsolo Verde"	Aquisição de vasos e plantas para áreas comuns — participação dos servidores
Certidão judicial eletrônica	Fase final de homologação (CINPROT + DIRTEC)
Iniciativa estratégica 42	Aprimoramento da gestão de cobrança de custas judiciais



1ª Vice propõe reestruturação da Sejud para conferir mais agilidade aos processos | Portal TJMG

Apresentação de proposta foi realizada pela Dirsup

△ tjmg.jus.br

RESULTADO DA INSPEÇÃO · JUN/2026

✓

Nenhuma determinação · Nenhuma recomendação

"Unidade estruturada, produtiva e com forte capacidade de gestão" – Equipe de inspeção do CNJ

0

Determinações

0

Recomendações

Dados funcionais

Item	Dado
Vice-Presidente	Des. Marcos Lincoln dos Santos
Mandato	01/07/2024 a 30/06/2026
Total de servidores	66 (efetivos, sem vínculo, terceirizados)
Juiz auxiliar	Armando Ghedini Neto
Recomendações anteriores CNJ	Cumpridas integralmente

Desempenho – últimos 12 meses

17.597

Processos distribuídos

17.434

Processos baixados

16.583

Decisões monocráticas

1.421

Julgamentos colegiados

Prazo médio: ~30 dias entre distribuição e saída do processo – sem nenhum processo paralisado há mais de 120 dias.

Análise do Acervo e Admissibilidade de Recursos

Evolução do acervo

Os dados estatísticos revelam dinâmica relevante de reorganização do acervo, com redução dos sobrestados e aumento da atividade decisória efetiva.

Indicador	Anterior	Atual
Acervo total	16.759	14.127 ↓
Sobrestados / suspensos	12.049	7.988 ↓
Acervo ajustado	4.710	6.139 ↑
Conclusos ao magistrado	834	2.027 ↑
Conclusos há mais de 120 dias	0	0 ✓
Paralisados há mais de 120 dias	0	0 ✓

Esse movimento revela importante alteração qualitativa: há menos processos artificialmente paralisados e maior volume de feitos efetivamente ativos sob análise da Vice-Presidência.

Admissibilidade de RE e REsp



METODOLOGIA ADOTADA

- Aplicação sistemática de precedentes (RG e repetitivos)
- Sobrestamento automatizado com vinculação temática
- Sistema Themis para controle e monitoramento
- Triagem e julgamento em bloco por tema
- Painéis de BI para acompanhamento do acervo
- IA para apoio à elaboração de minutas e identificação semântica

Destaques identificados pela equipe de inspeção

CUMPRIMENTO INTEGRAL

Todas as recomendações anteriores do CNJ foram atendidas com medidas concretas: unificação do eproc, transparência por painéis de gestão, capacitação de servidores e implementação do Projeto 1ª Vice SOMA.

NUGEPNAC

Equipe estruturada e papel relevante na gestão de precedentes e disseminação de informações — reconhecida pela equipe do CNJ como referência.

GESTÃO POR DADOS

Alto grau de institucionalização com utilização de painéis táticos, relatórios gerenciais e mecanismos de acompanhamento diário, inclusive via sistema Push automatizado.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Utilização de ferramentas de IA para apoio à elaboração de minutas e identificação semântica de temas — contribuindo para eficiência e padronização decisória.



Relatório Final de Gestão

2024–2026

1ª Vice-Presidência · Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DIÁLOGO · INOVAÇÃO · GOVERNANÇA

Elaboração: 1ª Vice-Presidência
Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Belo Horizonte, 2026